

**VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo;
CAUX, Camila de; HEURICH, Guilherme
Orlandini. Araweté: um povo Tupi da
Amazônia. São Paulo: Edições SESC,
2016. 228p.**

AUGUSTO VENTURA DOS SANTOS
Universidade De São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

TATIANE MAÍRA KLEIN
Universidade De São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v26i1p427-432

Em 2017, o Serviço Social do Comércio (SESC-SP), com apoio do Instituto Socioambiental (ISA), brindou o público com *Araweté: um povo Tupi da Amazônia*. Trata-se da terceira edição do livro de Eduardo Viveiros de Castro originalmente publicado em 1992 como *Araweté: o povo do Ipixuna*. Além da revisão e da mudança de título¹, a publicação de 2017 difere da original pelo acréscimo de dois capítulos, cada qual escrito pelos antropólogos Camila de Caux e Guilherme Orlandini Heurich. O livro resulta, assim, de pesquisas de campo antropológicas desenvolvidas em diferentes períodos: a etnografia seminal de Viveiros de Castro, dos anos 1980, e as etnografias de Caux e Heurich, dos primeiros anos da década de 2010 – que vêm a atualizar diferentes aspectos da primeira.

Não se trata, porém, de uma publicação monográfica nos moldes acadêmicos usuais e eis que o livro ganha, a nosso ver, originalidade e relevância. Como nos explica Beto Ricardo no prefácio, a confecção do livro, em 1992, foi um dos subprodutos de uma exposição multimídia lançada em outubro daquele ano pelo Programa Povos Indígenas do Brasil, do Centro Ecumênico de Documentação e Informações (CEDI). O notório impacto na comunidade acadêmica da tese de doutorado publicada pelo autor em 1986 (*Araweté, Os Deuses Canibais*), somado ao sucesso de público da exposição (mais de 15 mil visitantes), levou os organizadores à conclusão de que o catálogo de oito páginas não seria suficiente para atender aos leitores não especializados que

¹ Motivada pelo fato de os Araweté, concentrados desde os anos 1980 num único local próximo ao igarapé Ipixuna, terem fundado a partir de 2005 novas aldeias à margem do Rio Xingu.

buscavam conhecer mais sobre a vida deste povo (RICARDO, 2016, p.13). Daí nasceu o projeto de condensar e a traduzir em outra linguagem a monografia de Viveiros de Castro.

Diante dessa obra, assumidamente dedicada ao grande público, o leitor poderia se perguntar: por que, afinal, um antropólogo deve se interessar pela versão resumida e adaptada da tese de Eduardo Viveiros de Castro? Em nosso entender, justamente porque este livro é marca de um gênero e um tipo de linguagem pouco explorados pelos antropólogos brasileiros hoje. Na introdução, o autor fala da “intenção de preencher uma lacuna na bibliografia sobre os povos indígenas no país, normalmente polarizada entre a literatura infantil e a monografia ou o artigo acadêmico”. O desafio, é o de produzir uma “descrição etnográfica precisa” e, ao mesmo tempo, “contornar o jargão técnico e a discussão conceitual especializada” (VIVEIROS DE CASTRO; CAUX; HEURICH, 2016, p. 21). Presenteada com um conjunto de fotografias que compôs as exposições “Araweté”, de 1987, e “Variações do corpo selvagem”, de 2016, também pelas mãos do SESC, a obra é um convite à expansão dos horizontes de rendimento da etnografia, para além da materialização em teses, dissertações e artigos acadêmicos. Isso não implica dizer que tais peças acadêmicas consistam num puro exercício de diletantismo, sem nenhuma praticidade, utilidade ou ressonância na vida das pessoas sobre quem elas falam. Acreditamos, neste sentido, que é preciso romper com a separação radical entre o que canonicamente se entende por política e por ciência – e este pequeno livro dá testemunho desta fina articulação.

Araweté: um povo tupi da Amazônia flexibiliza a *praxis* acadêmica com vistas a alcançar outros públicos, interessar eventuais “desinteressados em índios”, na expressão de Gallois (2013), com informações qualificadas aliadas a análises propriamente etnológicas. A adaptação não implica, por isso, o empobrecimento da monografia original de Viveiros de Castro. Tudo aquilo que produziu a imensurável repercussão de *Araweté, os Deuses Canibais* para a etnologia americanista e para outros ramos antropológicos ainda está em sua versão resumida, mas como que diluído nas linhas e entrelinhas de detalhes prosaicos da vida local. Um exemplo pode ser encontrado na seção “Uma excursão à floresta” (VIVEIROS DE CASTRO; CAUX; HEURICH, 2016, p.65-67): em meio a minúcias impressionistas da bonita cena da coleta do mel reproduzida de seu diário de campo, Viveiros de Castro relata a leve repreensão que recebeu por acender um cigarro perto do mel na mata e, em seguida, abre um parêntese: “eis aí a clássica oposição sul-americana entre mel e tabaco [...] se fumarmos, me explicaram, as ‘flechas do mel’ furam nossa boca” (VIVEIROS DE CASTRO; CAUX; HEURICH, 2016, p. 67).

A expressão “oposição sul-americana” remete ao célebre movimento do qual o autor foi um dos protagonistas, que buscou inserir (hoje pode-se dizer com grande êxito) os povos indígenas das terras baixas da América do Sul no

panorama das etnologias regionais do restante do mundo. Conceitos consagrados na antropologia global a partir de etnografias de sociedades de outras regiões (linhagens, tabu, grupos corporados) não faziam sentido para o material sul-americano que, nessa comparação desvantajosa, acabava sendo definido apenas negativamente, pela carência daquilo que estava presente alhures (OVERING KAPLAN, 1977). A grande virada, segundo o próprio Viveiros de Castro (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 187), teria acontecido com a publicação dos quatro volumes das *Mitológicas* de Claude Lévi-Strauss, a quem o parêntese do trecho acima parece implicitamente remeter. Ela colocou a experiência do corpo e as qualidades sensíveis como operadores por excelência do discurso social ameríndio. Aquilo que as sociedades indígenas do continente diziam de si não poderia mais ser considerado como um idealismo, mais sim como uma lógica que opera no nível mesmo da estrutura social, sendo portanto inviável a aplicação de antinomias como cosmologia e organização social, indivíduo biológico e indivíduo social (SEEGER; DA MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979).

Dali em diante, era preciso levar a sério os dizeres de que a flecha do mel atinge a boca de quem comeu tabaco pouco antes; ou de que o incesto leva à punição cósmica, um terrível definhamento do casal infrator (VIVEIROS DE CASTRO; CAUX; HEURICH, 2016, p. 98); ou de que o corpo da criança vai sendo gerado pelo acúmulo de sêmen, ocasionando um compartilhamento de substâncias que exige diversos resguardos dos diferentes pais e da mãe logo depois que o bebê nasce (VIVEIROS DE CASTRO; CAUX; HEURICH, 2016, p. 109-111). Esta virada “corporal” e “cosmológica” inaugurada pelas *Mitológicas* ganhou sua coroação em monografias de fôlego produzidas nos anos seguintes, dentre as quais os *Deuses canibais* e sua versão resumida. Como dito acima, o leitor poderá ter referências diretas a este e outros debates analíticos ainda em *Araweté, um povo tupi da Amazônia*, em abundantes observações sobre a vida e a filosofia araweté.

O livro é aberto por uma breve mas potente descrição da concepção araweté de humanidade, dos deuses e do mundo e passa, capítulo a capítulo, a uma descrição consistente da vida na aldeia que 11 meses de trabalho de campo no Ipixuna foram capazes de revelar. No final do capítulo “As relações sociais”, por exemplo, o leitor descobre que a onomástica araweté individualiza a pessoa através de uma referência ao outro; os nomes das crianças se referem a um morto, a um inimigo ou a uma divindade, enquanto os nomes dos adultos basicamente indicam que aquele é o pai ou mãe de seu primogênito (VIVEIROS DE CASTRO; CAUX; HEURICH, 2016, p. 121). Já na seção sobre a morte é possível descobrir a ambiguidade ontológica dos deuses araweté que, ao mesmo tempo que são inimigos canibais, constituem o ideal de pessoa ao qual todos precisam caminhar (VIVEIROS DE CASTRO; CAUX; HEURICH, 2016, p. 125). É no capítulo sobre a religião araweté, aliás, que o leitor encontrará o

clímax da descrição, com a análise de um canto de pajé (*Emplumando a grande castanheira*) em que um jogo complexo de citações das vozes dos mortos e dos deuses, ouvidos por quem canta, torna evidente por que é que “o pajé é como um rádio” (VIVEIROS DE CASTRO; CAUX; HEURICH, 2016, p. 129)².

Nos textos que falam dos Araweté trinta anos depois da primeira etnografia também é possível encontrar aquilo que Viveiros de Castro chamou de “economia simbólica da alteridade” (2002, p. 335); por exemplo quando Camila de Caux nos explica que o termo araweté para indicar a si é o pronome da primeira pessoa do plural “não delimitando um grupo definido de pessoas, mas um conjunto contextual de gente”, definido sobretudo na interação com quem se fala (VIVEIROS DE CASTRO; CAUX; HEURICH, 2016, p. 158). Essa tendência etnológica, atenta a uma filosofia da diferença e fundamentada numa tensão entre identidade e alteridade – e na precedência da primeira sobre a segunda na constituição dos coletivos ameríndios – é precisamente o que redundaria nas formulações da predação ontológica e do perspectivismo epistêmico como imagens gerais de pensamento dos povos amazônicos (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, 2002; STOLZE LIMA, 1996).

Há que se destacar, por fim, que esse fino ajuste de linguagem é acompanhado de outra adaptação importante com relação à tese de 1986. Libelo contra a exploração madeireira, o ingresso de missionários evangélicos e, mais recentemente, a construção da hidrelétrica de Belo Monte nas adjacências do território de ocupação araweté, o livreto tem uma reiterada ênfase nas problemáticas relativas ao dito “contato” com os não indígenas, algo que aparece com menos destaque na tese. Ele recorda que os primeiros contatos dos Araweté com a Fundação Nacional do Índio (Funai) se deram em meados de 1976, “quando buscaram a margem do Xingu fugindo do assédio dos Parakanã, outro grupo tupi-guarani” (VIVEIROS DE CASTRO; CAUX; HEURICH, 2016, p. 31) e encontraram camponeses que também viviam na região denominada “beiradão” (VIVEIROS DE CASTRO; CAUX; HEURICH, 2016, p. 32). Tal experiência, ainda que não tenha sido a primeira com os brancos – segundo o autor, passagens da mitologia e cosmologia dos Araweté dão testemunho de que eles conhecem os *kamarã* já há mais tempo (VIVEIROS DE CASTRO; CAUX; HEURICH, 2016, p. 32) –, foi certamente a mais dramática até então. Num esforço de atração caro à política indigenista de então, os Araweté foram mobilizados pelos sertanistas da Funai para um Posto Indígena localizado 100 quilômetros mata adentro, em uma longa e trágica caminhada, em que

² Esta reflexão, em que Viveiros de Castro deixa as marcas de um método coletivo de tradução dos cantos e de seu regime enunciativo marcado por citações, atualizada por Heurich (p. 188) no artigo sobre a circulação de mercadorias e de gravações de antigas canções de inimigos em *pen-drives*.

pelo menos um terço da população faleceu por doenças contraídas e agravadas antes e durante o percurso. O episódio foi reconhecido pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) como uma grave violação de direitos humanos e é detalhado na cronologia do contato Araweté e em uma entrevista com um dos servidores da Funai que testemunhou os fatos – documentos exclusivos que fecham o livro.

Os sobreviventes estabeleceram-se no Alto Ipixuna e lá, com o passar dos anos, as famílias puderam recompor-se e, na medida do possível, recuperar-se da catástrofe dos primeiros contatos, embora muitas outras searas oriundas da relação com os brancos ainda estivessem por vir. Sendo um registro composto de textos escritos em diferentes períodos, o livro vai pontuando, uma a uma, tais contendas do contato, documentando com larga amplitude histórica a relação dos Araweté com os *kamarã*. O fato de conter textos escritos em diferentes épocas produz, a nosso ver, outro interessante efeito para o leitor, pois os autores por vezes usam marcadores temporais para se referir ao presente (“hoje”, “atualmente”) e, neste sentido, é preciso parar a leitura por um momento e verificar em que parte do livro e da história estamos: informações de 1980, 1992, 2010 e 2016 se sucedem nos textos. Chegando ao final da obra, por exemplo, o leitor se depara com uma seção denominada “Os Araweté hoje” na qual Viveiros de Castro tece comentários a respeito da conjuntura do começo dos 1990 e faz algumas prospecções a respeito do destino da população nos anos vindouros, mas o que se segue é uma reabertura do texto, trinta anos depois, com novas impressões, acontecimentos e análises dos antropólogos Caux e Heurich, atualizando o cenário delineado há pouco. Este peculiar recurso ao presente etnográfico, longe de simplesmente confundir o leitor, causa uma espécie de inquietação: mostra que os perigos do Estado e da dita sociedade nacional são permanentemente atuais, eternos retornos que insistem em perturbar o bem-estar dos povos indígenas que aqui vivem.

Assim, o livro não deixa de aparecer também como uma proposta de aliança, um convite para a luta em prol dos indígenas, sem espaço para qualquer tipo de salvacionismo ou vitimismo. Ele revela em diversas passagens não só que os Araweté souberam “elaborar e domesticar a situação histórica em que se encontram” (p. 141): também que as aproximações com os *kamarã* são acompanhadas do desejo de que os brancos sejam como os Araweté (p. 141). A situação histórica, como nos mostra o livro, é de extrema dificuldade, mas os Araweté seguem ensinando, como outros povos tupi-guarani, que se abrir ao outro, habitar sua perspectiva, é talvez um bom modo de resistir.

Referências Bibliográficas

- GALLOIS, Dominique Tilkin. Dois filmes e uma tradição: sertanistas defendendo a vida dos índios. *PROA – revista de antropologia e arte*, volume 01, nº 04. Campinas, 2014.
- OVERING KAPLAN, Joanna. Social time and social space in Lowland South American societies. *Actes du XLII Congrès International des Américanistes (1976)*, volume 11. Paris, Société des Américanistes, p. 7-394, 1977.
- RICARDO, Carlos Alberto. Prefácio. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CAUX, Camila de; HEURICH, Guilherme Orlandini. *Araweté: um povo Tupi da Amazônia*. São Paulo: Edições SESC, 2016, p. 13-14.
- SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A Construção da Pessoa nas Sociedades Indígenas Brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, 32, p. 2-19, 1979.
- STOLZE LIMA, Tânia. O Dois e seu Múltiplo: Reflexões sobre o Perspectivismo em uma Cosmologia Tupi. *Mana*, 2(2), p. 21-47, 1996.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O campo na selva, visto da praia. *Estudos Históricos*, 5/10, p. 170-199, 1992.
- _____. Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio. *Mana*, 2(2):115-144, 1996.
- _____. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CAUX, Camila de; HEURICH, Guilherme Orlandini. *Araweté: um povo Tupi da Amazônia*. São Paulo: Edições SESC, 2016. 228p.

autores Augusto Ventura dos Santos

É doutorando e mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Também é membro do Centro de Estudos Ameríndio.

Tatiane Manhães Klein

É doutoranda e mestra em Antropologia Social, e também bacharel em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo. É membro do Centro de Estudos Ameríndios (CEstA – USP).

Recebido em 06/02/2018

Aceito para publicação em 10/04/2018